

# Controle e Transparência em Instituições Federais de Educação Superior: um Estudo Exploratório da Universidade Aberta do Brasil

## *Control and Transparency in Federal Institutions of Higher Education: an Exploratory study of the Open University of Brazil*

Andrey Anderson dos SANTOS<sup>1\*</sup>

Isaías Scalabrin BIANCHI<sup>1</sup>

Eliana Maria dos Santos BAHIA<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n Florianópolis - SC, Brasil.

\* [anndreys@gmail.com](mailto:anndreys@gmail.com)

**Resumo.** O objetivo do artigo é analisar se as universidades aderentes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) seguem o princípio constitucional de publicidade mediante a transparência ativa em seus sites institucionais. Este é um estudo exploratório com abordagem qualitativa, de natureza aplicada. Os resultados foram obtidos por levantamento documental a partir dos sites institucionais de 26 universidades federais aderentes ao Sistema UAB. A relevância do estudo está nas recomendações para as universidades federais implantarem ações que aperfeiçoam a transparência. Propõem-se ferramentas de gestão aplicáveis em seus portais eletrônicos, uma vez que esses assumem o papel de melhorar a eficiência da transparência das instituições. Conclui-se que a mesma Tecnologia da Informação e Comunicação que viabiliza a mediação pedagógica na UAB é apta para aperfeiçoar o nível de transparência da gestão.

**Palavras-chave:** Educação a distância. Governo aberto. Gestão universitária.

**Abstract.** The objective of this article is to analyze whether universities that adhere to the Open University of Brazil (UAB) System follow the constitutional principle of publicity through active transparency on their institutional websites. This is an exploratory study with a qualitative, applied approach. The results were obtained through a documentary survey from the institutional websites of 26 federal universities participating in the UAB System. The relevance of the study lies in the recommendations for federal universities to implement actions that enhance

transparency. Management tools applicable to their electronic portals are proposed, as these play a role in improving the efficiency of institutional transparency. It is concluded that the same Information and Communication Technology that enables pedagogical mediation in the UAB is capable of improving the level of management transparency.

**Keywords:** Distance education. Open government. University management.

## 1. Introdução

A crise do COVID-19 desencadeou diversas ações de aprendizado online. Não é possível precisar se dados projetados para a modalidade a distância acompanharão a realidade, mesmo porque a nova realidade também não pode ser prevista. Fato é que o aprendizado online contribui para aumentar as matrículas e internacionalizar o ensino superior em muitos países (Wotto, 2020).

No Brasil, entre os anos de 2011 e 2021, o número de ingressos em cursos superiores de graduação a distância variou positivamente 374,28%. No ano de 2021, essa modalidade compreendia 41,4% dos ingressos no ensino superior. Há dez anos antes, essa participação era de 14,7% (Inep/MEC, 2022).

Um caso de Educação a Distância (EAD) relevante no Brasil é a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O Sistema UAB foi criado pelo Decreto 5.800, de oito de junho de 2006, e é voltado ao “desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” (BRASIL, 2006). O papel da UAB, além de formar em termos de conteúdo, assume a função de flexibilizar o sistema educacional (Maciel; Taveira; Ruas, 2022).

O edital mais recente da UAB – lançado em fevereiro de 2022 – fomentou 156.120 novas vagas em cursos de graduação e especialização *lato sensu* (Brasil, 2022). Além de um relevante estímulo para a modalidade a distância brasileira, depara-se também com um complexo desafio gerencial nas Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) integrantes da UAB.

O funcionamento de cursos da UAB numa instituição exige a contratação de uma equipe especializada, remunerada por bolsas pagas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Brasil, 2016). A fim de que um sistema de EAD consiga orquestrar todos os atores e ferramentas envolvidas, demanda-se alta sofisticação gerencial e são escassos os estudos que tratam sobre o tópico (Mill, 2022). Downes (2017) afirma que é relevante monitorar os mecanismos de governança adotados pelas universidades, que veem suas reputações frequentemente danificadas em escândalos relacionados à gestão, devido à

negligência ou à indiscrição de alguns poucos. No Brasil, as incorrências envolvem problemas no pagamento de bolsas, na captação de recursos externos e no desvio de verbas (Cosmo, 2020).

Todavia, a mesma tecnologia que viabiliza a EAD na UAB é apta para aperfeiçoar o nível de transparência da gestão administrativa. Embora o papel mais relevante pareça ser de suporte, há muitas funções que podem ser exercidas pela Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na redução do nível de corrupção (Magnagnagno; Luciano; Wiedenhöft, 2019). Nesse sentido, a Lei brasileira de Acesso à Informação (LAI) definiu que as informações de interesse coletivo devem ser divulgadas independentemente de solicitações (BRASIL, 2011), definindo assim o conceito de transparência ativa.

Considerando a necessidade que as instituições federais têm ainda de observar o princípio constitucional da publicidade na Administração Pública, o presente trabalho objetiva analisar se as universidades aderentes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) seguem o princípio constitucional de publicidade mediante a transparência ativa em seus sites institucionais. A relevância do estudo está nas recomendações para as universidades federais do Sistema UAB implantarem ações que aperfeiçoem a transparência.

Para possibilitar a adequada compreensão do tema, o artigo inicia-se com uma revisão de literatura sobre Universidades Abertas e Transparência na Administração Pública. Na sequência, apresentamos a metodologia, por meio da qual os resultados podem ser obtidos e, então, discutidos. Na conclusão, descrevemos como o objetivo proposto foi alcançado, descrevemos os principais achados e limitações da pesquisa. Por último, são relacionadas as referências citadas no artigo.

## 2 Revisão da literatura

Esta seção visa ao entendimento do campo de pesquisa e suas especificidades, mas também dos critérios de avaliação de transparência visitados na Metodologia. Portanto, dois tópicos foram priorizados para contextualização e compreensão do trabalho: i) Universidades Abertas e ii) Transparência na Administração Pública.

### 2.1. As Universidades Abertas

De acordo com Weller (2020), embora haja diferentes interpretações, as Universidades Abertas encontram-se entre os estágios principais da educação aberta, juntamente com os Recursos Educacionais Abertos (REA) e os Cursos Online Abertos e Massivos (MOOCs). Os MOOCs são conteúdos instrucionais de acesso aberto, global e gratuito, lançados em plataforma online para um grande volume de participantes, cujo objetivo é fazer um curso ou ser educado (Baturay, 2015). Os REA são materiais de ensino, aprendizagem e investigação em quaisquer suportes, situados no domínio público ou divulgados sob licença aberta, permitindo acesso, uso,

adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros, mediante nenhuma ou poucas restrições (UNESCO, 2012). A universidade aberta, por sua vez, é um conceito e não uma instituição (Araújo; de Moura Castro; Walker, 1985).

O conceito de universidade aberta diz respeito a uma aprendizagem flexível em termos de horário, local e ritmo individual de estudos, de modo que o ingresso de pessoas à universidade ocorra a partir da redução ou eliminação de restrições a seu acesso. As restrições de acesso são: i) físicas/temporais: lugar, tempo e ritmo de aprendizagem; ii) individuais/sociais: idade, sexo, condição social; e iii) de aprendizagem: conteúdo, estrutura, organização, formas de distribuição, certificação e flexibilidade (Formiga; Litto, 2009).

Geralmente, a universidade aberta está vinculada à ideia de ensino a distância, mas esta representa apenas uma forma de ministrar o curso de uma universidade aberta, contudo não reflete um esquema de acesso desburocratizado à educação, provendo autonomia quanto à entrada e à saída da universidade (Moore; Kearsley, 2008).

As universidades abertas inovaram com o uso de tecnologias e com a oferta de serviços pedagógicos em escala. Seu objetivo de oferecer oportunidades educacionais a um maior número de alunos implica crescimento e expansão contínua de serviços e capacidades (Cunha; Chuchu; Maziriri, 2020).

O caso brasileiro toma cena com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Foi o Decreto nº 5.800 de 2006 que formalizou o Sistema UAB e estabeleceu os seus objetivos (de Souza Clímaco, 2012). Esse sistema inicia com um projeto-piloto, que envolveu 20 estados, com a oferta de um curso de bacharelado em Administração oferecido a empresas estatais, como o Banco do Brasil. Os avanços mais consideráveis ocorreram em 2007, com a abertura de editais de concorrência nacional, nos quais prefeituras e governos estaduais propuseram-se a sediar polos de EAD para cursos das universidades públicas (Martins; Nascimento; Sousa, 2018). Em 2023, a UAB tem 831 polos ativos nos 26 estados da federação e no Distrito Federal. Atualmente, são 567 cursos oferecidos pelas 112 instituições de ensino ativas (UAB/CAPEs, [s. d.]).

Almeida (2013) verificou que o Sistema UAB é uma rede interorganizacional, ou seja, uma relação complexa de externalização e internalização das fases de produção e distribuição. Segundo a autora, há três níveis hierárquicos representativos. Os processos de coordenação estão distribuídos basicamente em duas instâncias: no sistema macro, a CAPES, e nos subsistemas meso, as IPES. É nesse nível que ocorrem auditorias que demandam alto volume de informações a respeito das contratações e da legalidade na utilização de recursos federais (TCU, 2019).

Atualmente, a universidade aberta nos moldes do Sistema UAB não tem um espaço institucional físico próprio. A universidade aberta brasileira não se constitui como entidade autônoma institucional e financeiramente (Oliveira, 2019). A adesão ao Sistema UAB é uma oportunidade

para as IPES captarem recursos diante de um cenário de redução de financiamento, o que engaja a discussão nacional sobre a institucionalização da EAD (Chaquime; Mill, 2018).

Por meio da UAB, o Governo Federal aumentou a oferta de vagas no ensino superior e pode alcançar camadas da sociedade que não teriam acesso à educação superior, como pessoas residentes em municípios sem estruturas acadêmicas apropriadas. Percebe-se, na literatura, que os polos de apoio presencial nesses municípios propiciam ao aluno uma base para que ele obtenha apoio pedagógico e encontros presenciais (Santos; McCoy; da Silva, 2020).

A EAD confronta dificuldades de implantação, pois depende de sistemas virtuais complexos, técnicos especializados na tecnologia que for utilizada e uma equipe habilitada para adaptar seus métodos para o ambiente virtual de aprendizagem. Sem esses fatores, é inviável alcançar um ensino de satisfatória qualidade (Motta; Petian; Rosa, 2016). Ademais, o fundamento de um curso a distância depende de estrutura administrativa, intelectual, tecnológica, econômica e humana (Mill, 2022).

## 2.2. Transparência na Administração Pública

Normativas em torno da transparência, como a iniciativa de Governo Aberto, pelo presidente Barack Obama nos Estados Unidos em 2009, objetivam tornar informação e processos de tomada de decisão acessíveis a exame e contribuição do cidadão (Campos-Domínguez; Díez-Garrido, 2023). Atualmente, o baixo nível de transparência é considerado uma das causas de corrupção no Brasil (Magnagnagno; Luciano; Wiedenhöft, 2017). No Brasil, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, foi sancionada com o fim de garantir o acesso a informações previsto na Constituição Federal. A publicação dessa lei corrobora a expectativa de que os governos atuarão sob forte controle público, em que a disponibilidade dos dados abertos vem a tornar os governos menos secretos (Campos; Rodrigues, 2020).

Garantir um governo aberto significa não só a transparência de dados, mas envolver os cidadãos na tomada de decisões e prestar contas à sociedade (Veljković; Bogdanović-Dinić; Stoimenov, 2014). A ênfase exagerada na transparência focaliza seus benefícios conhecidos, porém subestima a necessidade de as organizações trabalharem em prol da educação ética de seus funcionários (Piotrowski, 2014).

Portanto, a transparência é um desafio e ainda há barreiras a serem vencidas. Essas podem ser caracterizadas pela falta de liderança gerencial e de apoio político no governo local, resistência dos funcionários do governo para usar as TIC, falta de confiança nas instituições sociais, menores níveis de governo e alfabetização tecnológica, falta de usabilidade e capacidade de pesquisas eficientes e falta de capacidade financeira, técnica ou pessoal disponível (Luciano; Wiedenhöft; dos Santos, 2018).

Para garantir a saúde da Administração Pública, recorre-se ainda aos seguintes princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Brasil, 1988). A transparência encontra-se amparada no texto legal e é um dos componentes do princípio da publicidade. A transparência encoraja cidadãos para a tomada de decisão no campo da gestão pública e não se exprime apenas numa tarefa de apresentação de dados (Teixeira; Gomes, 2019). A UAB, como uma política pública, é parte integrante do legado governamental em prol da sociedade da informação.

Pode-se agrupar em duas categorias as definições de transparência em relação aos artigos científicos na área. A primeira categoria concentra-se na disponibilidade de informações e a segunda no fluxo de informações (Quadro 1). As definições centradas no fluxo de informações são, em sua essência, relacionais, no sentido que consideram o acesso das partes interessadas a informações governamentais, contudo a literatura tende a se concentrar em uma única perspectiva: a observabilidade externa das organizações públicas (Cucciniello; Porumbescu; Grimmelikhuijsen, 2017).

**Quadro 1** – Categorias de definição de transparência presentes em artigos e respectivos enfoques.

<b>Categorias</b>	<b>Enfoques</b>
Transparência enquanto disponibilidade de informações	Disponibilidade de informações sobre processos de decisão sobre questões orçamentárias, questões políticas e procedimentos administrativos gerais; Disponibilidade de informações que detalham os aspectos operacionais de uma organização; Disponibilidade de informações sobre o desempenho do governo.
Transparência enquanto fluxo de informações	Transparência para dentro: quando aqueles de fora podem observar o que está acontecendo dentro da organização; Transparência para fora: quando aqueles dentro de uma organização podem observar o que está acontecendo fora da organização; Transparência para cima: de subordinados para superiores; Transparência para baixo: de superiores para subordinados.

Fonte: adaptado de Cucciniello, Porumbescu e Grimmelikhuijsen (2017).

As universidades cujos servidores são mais qualificados tendem a ser mais transparentes. Também impactam positivamente no nível de transparência o tamanho do corpo docente, tamanho do corpo técnico-administrativo, qualidade da graduação, qualidade da pós-graduação e qualificação dos docentes. Pode-se afirmar que o nível de disponibilização e acesso à informação das universidades federais brasileiras é moderado, sendo necessário aumentar o grau de transparência (da Silva Pessoa *et al.*, 2018).

São as páginas eletrônicas que assumem o papel de melhorar a eficiência da transparência das organizações, pois aproximam as pessoas do governo e reduzem a assimetria de informação. A partir delas, realiza-se a prestação de contas e a transparência, portanto têm se mostrado relevantes no combate à corrupção (Macedo; Valadares, 2021). Esta é uma oportunidade de pesquisa a ser explorada, visando contribuições para o conhecimento científico e para o ambiente administrativo da EAD.

### 3. Metodologia

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, que “começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano” (Creswell, 2014, p. 49). Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, de foco prático (Gray, 2016), e em relação aos objetivos, pretende exemplificar o problema estudado (GIL, 1991). O caráter exploratório se dá em função da busca por mecanismos de transparência ativa dentro do Sistema UAB, cujo detalhamento é escasso na literatura acadêmica, levando os pesquisadores a buscar por dados iniciais em outras fontes de informação.

Para isso, os resultados serão obtidos a partir de um levantamento documental, analisando os sites institucionais dos setores da EAD ou da UAB em universidades federais, ou seja, a nível meso. A primeira etapa, portanto, é relacionar todos os portais da EAD ou da UAB vinculados a essas instituições. Em seguida, buscaremos os links que proporcionam o acesso à informação nos portais relacionados.

Os itens de análise estão baseados nos enfoques das categorias descritas no trabalho de Cucciniello, Porumbescu e Grimmelikhuijsen (2017), que permeiam a transparência enquanto disponibilidade de informações e fluxo de informações. Optou-se por traduzir essas categorias em perguntas de análise mínima e diretamente relacionadas às funções da UAB em seu nível meso, conforme apresentado no Quadro 2.

**Quadro 2** – Itens analisados em sites institucionais da Universidade Aberta do Brasil.

Itens analisados (Cucciniello, Porumbescu e Grimmelikhuijsen, 2017)	Perguntas de análise
Disponibilidade de informações sobre processos de decisão sobre questões orçamentárias, questões políticas e procedimentos administrativos gerais.	I. Um ou mais processos de decisão estão mapeados ou publicados?
Disponibilidade de informações que detalham os aspectos operacionais de uma organização.	II. O site apresenta informações relativas à seleção de alunos ou vestibular? III. O site apresenta informações relativas à seleção de bolsistas? IV. O setor publica como são efetuadas as despesas?
Disponibilidade de informações sobre o desempenho do governo.	V. Existe um espaço onde estão disponíveis as avaliações externas ou institucionais? VI. Existe um espaço referente a auditorias realizadas no setor?
Transparência para dentro: quando aqueles de fora podem observar o que está acontecendo dentro da organização.	VII. Existe uma página de consulta às respostas das dúvidas mais frequentes? VIII. Apresenta <i>link</i> ou <i>banner</i> de “Acesso à Informação” ou “Transparência”? IX. Há pelo menos uma notícia ou postagem datada desde dois meses atrás?
Transparência para fora: quando aqueles dentro de uma organização podem observar o que está acontecendo fora da organização.	X. A legislação relativa à EAD ou à UAB em algum nível está disponível?

Itens analisados (Cucciniello, Porumbescu e Grimmelikhuijsen, 2017)	Perguntas de análise
Transparência para cima: de subordinados para superiores.	XI. As atividades relacionadas à coordenação da UAB estão explícitas?
Transparência para baixo: de superiores para subordinados.	XII. As atividades relacionadas aos tutores e professores da UAB estão explícitas?

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

As melhores práticas contempladas nesses itens serão apresentadas na discussão dos resultados como propostas de ferramentas de acesso à informação por meio dos sites das instituições aderentes ao Sistema UAB.

### 3.1. Coleta de dados

Entre os dias 20 e 22 de dezembro de 2022, foi realizada uma busca no sistema de gestão da CAPES para o Programa UAB, denominado SisUAB (Figura 1). O sistema é acessado online pelo site <https://sisuab2.capes.gov.br/> e permite a consulta de todas as IPES integrantes do Programa. No espaço “Consulta Pública”, no campo “IPES”, verificaram-se quais instituições da relação eram universidades federais, portanto foram excluídas as estaduais e os institutos.

**Figura 1** – SisUAB, o sistema de gestão da UAB.



Fonte: UAB/CAPES, n.d.

Ao todo, foram encontradas 50 universidades federais parceiras da UAB. Tendo em vista o elevado número de itens a serem verificados nos seus portais, selecionou-se apenas uma universidade por estado mais o Distrito Federal, de acordo com o critério de melhor avaliação pelo *Ranking Web of Universities*. Assim, a análise concentrou-se em 26 portais eletrônicos (Quadro 3).

PRELIMINAR

**Quadro 3 – Relação de universidades pesquisadas.**

N.	Estado	Sigla	Nome da instituição
1	AC	UFAC	Universidade Federal do Acre
2	AL	UFAL	Universidade Federal de Alagoas
3	AM	UFAM	Universidade Federal do Amazonas
4	AP	UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
5	BA	UFBA	Universidade Federal da Bahia
6	CE	UFC	Universidade Federal do Ceará
7	DF	UnB	Universidade de Brasília
8	ES	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
9	GO	UFG	Universidade Federal de Goiás
10	MA	UFMA	Universidade Federal do Maranhão
11	MG	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
12	MS	UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
13	MT	UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
14	PA	UFPA	Universidade Federal do Pará
15	PE	UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
16	PI	UFPI	Universidade Federal do Piauí
17	PR	UFPR	Universidade Federal do Paraná
18	RJ	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
19	RN	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
20	RO	UNIR	Universidade Federal de Rondônia
21	RR	UFRR	Universidade Federal de Roraima
22	RS	UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
23	SC	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
24	SE	UFS	Fundação Universidade Federal de Sergipe
25	SP	UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
26	TO	UFT	Universidade Federal do Tocantins

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

A verificação dos menus dos sites da UAB ocorreu entre os dias 02 e 04 de janeiro de 2023. Quando os verbetes dos menus não correspondiam diretamente aos itens de análise, foram realizadas pesquisas na ferramenta de busca do próprio site, quando disponível. Os verbetes aplicados como entradas para essas buscas estão relacionados no Quadro 4.

**Quadro 4 – Entradas no motor de busca em sites da UAB.**

Perguntas de análise	Entradas no motor de busca
I	“mapeamento”, “processos”, “fluxograma”, “procedimentos”, “manual”
II	“vestibular”, “edital”, “ingresso”
III	“seleção”, “processo seletivo”, “edital”
IV	“despesa”, “pagamento”
V	“avaliação”
VI	“auditoria”
VII	“perguntas”, frequentes”, “FAQ”, “dúvidas”
VIII	“acesso à informação”, “transparência”
IX	Não se aplica
X	“legislação”, “normativa”, “norma”, “portaria”
XI	“atividade”, “competência”, “atribuições”
XII	“atividade”, “competência”, “atribuições”

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Esse caminho foi adotado, pois, de acordo com Lemos et al. (2004), o motor de busca é uma ferramenta de auxílio à navegação e útil para avaliar o nível de transparência de um setor por meio de seu site.

## 4. Resultados e Discussão

Evidencia-se a falta de padrão na organização de informações a serem disponibilizadas ao público por meio dos sites institucionais dos setores de EAD ou UAB em universidades federais. No entanto, todos os critérios mostraram-se atendidos, indicando que os itens de análise construídos nos procedimentos metodológicos são coerentes com a realidade do Sistema UAB. A fim de que o resultado da coleta de dados possa ser verificado visualmente, elaborou-se a Tabela 1.

**Tabela 1** – Resultado da coleta de dados em portais eletrônicos da UAB.

Sigla	Critérios de análise												% Sim	% Não	
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII			
UFAC	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0%	100%
UFAL	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	75%	25%
UFAM	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	33%	67%
UNIFAP	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	42%	58%
UFBA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	83%	17%
UFC	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	42%	58%
UnB	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	50%	50%
UFES	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	75%	25%
UFG	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	58%	42%
UFMA	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	58%	42%
UFMG	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	67%	33%
UFMS	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	50%	50%
UFMT	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	50%	50%
UFPA	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	42%	58%
UFPE	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	67%	33%
UFPI	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	50%	50%
UFPR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	75%	25%
UFRJ	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	75%	25%
UFRN	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	33%	67%
UNIR	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	17%	83%
UFRR	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	75%	25%
UFRGS	Sim	Sim	Sim	Não	Não	25%	75%								
UFSC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	92%	8%
UFS	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	42%	58%
UFSCAR	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	42%	58%
UFT	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	42%	58%
<b>% Sim</b>	<b>27%</b>	<b>85%</b>	<b>92%</b>	<b>35%</b>	<b>42%</b>	<b>8%</b>	<b>58%</b>	<b>65%</b>	<b>77%</b>	<b>73%</b>	<b>42%</b>	<b>23%</b>			
<b>% Não</b>	<b>73%</b>	<b>15%</b>	<b>8%</b>	<b>65%</b>	<b>58%</b>	<b>92%</b>	<b>42%</b>	<b>35%</b>	<b>23%</b>	<b>27%</b>	<b>58%</b>	<b>77%</b>			

Fonte: elaborado pelos autores, 2024

Percebe-se que as universidades adotam diferentes mecanismos para tornarem transparentes as suas ações e comunicarem dados que se referem à administração do Sistema UAB. Com base na literatura exposta, é necessário abrir dados e informações do setor público, com o fim de permitir que cidadãos os acessem de maneira uniforme.

Quanto à disponibilidade de informações a respeito de processos sobre questões orçamentárias, políticas e administrativas gerais (critério I), confirmou-se o resultado de outros estudos voltados ao uso da modelagem em organizações públicas, cuja aplicabilidade acontece com menor ênfase do que em organizações privadas (Oliveira *et al.*, 2022). Espera-se que a gestão de processos nas IPES acompanhe a modernização da ciência administrativa, assumindo papel estratégico para os seus setores internos (Costa; Moreira, 2018). As universidades são instituições formadas por pesquisadores, e estes têm manifestado um interesse crescente em investigações na área (Orviedo; Juliatto, 2021), o que sugere a possibilidade de unir propósitos para que o índice em voga obtenha maior relevância num futuro próximo.

O detalhamento de aspectos operacionais é relativamente satisfatório quanto às informações relacionadas à seleção de estudantes e bolsistas do Sistema UAB (critérios II e III). Não obstante, faltam dados sobre as despesas envolvidas na realização dos seus cursos (critério IV), tornando-se um elemento crítico para a nossa análise. Uma vez que um governo aberto tem como objetivos ativar as capacidades cidadãs, promover a compreensão democrática sobre suas ações e interagir com a população por meio da tecnologia (Ingrams; Piotrowski; Berliner, 2020), demanda-se das IPES um melhor acompanhamento online das despesas realizadas.

Considera-se essencial que os portais eletrônicos analisados veiculem informações relacionadas ao desempenho em processos avaliativos pelos quais passaram, porém mais da metade da nossa amostra não correspondeu a esse critério (critério V). A mesma importância se dá às auditorias, que demandam um minucioso trabalho e muitas vezes não alcançam todos os setores de uma instituição, levando poucos deles a divulgarem essas informações (critério VI). As avaliações sobre o desempenho das IPES e dos cursos são um processo complexo, imbuídos de um compromisso de prestação de contas à sociedade (Santos; Escher, 2020). As universidades brasileiras se submetem às avaliações internas e do Ministério da Educação (MEC), o qual autoriza, reconhece e renova o reconhecimento dos cursos. Esses atos proporcionam um relevante conjunto de dados centrados na melhoria institucional e na regulação, indo muito além de uma avaliação padronizada para elaboração de *rankings* da educação superior (Verhine; Freitas, 2012), portanto ressalta-se a necessidade de transparência desses desempenhos.

A LAI nos orienta como se pode observar o que está acontecendo dentro da organização, seja disponibilizando respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (critério VII), seja viabilizando o protocolo de requerimentos de acesso a informações, que, em geral, encontra-se num botão ou link específico voltado à transparência (critério VIII). Embora a lei esteja implantada desde 2011, há que se avançar no assunto em se tratando dos sites visitados.

A maioria das IPES analisadas apresentaram postagens e notícias nos últimos dois meses (critério IX). Considera-se que a frequência de postagens indique a tempestividade da informação (Jahns; Raupp, 2016). Na EAD, há predominância da comunicação escrita, em decorrência do distanciamento espaço-temporal entre educador e educando, influenciando significativamente as interações dialógicas (Santos, 2013); garantir a qualidade da informação seria promover o dialogismo também entre as estruturas administrativas, os estudantes e a sociedade por meio das postagens em seus sites e canais de comunicação oficiais.

A fim de que todos os participantes do Sistema UAB atualizem-se em relação ao seu contexto (critério X), a publicação de portarias e regulamentos cumpre o papel de orientar e prestar esclarecimentos de ordem administrativa, financeira e pedagógica, tanto a nível nacional como institucional. Essa compreensão, embora não seja unânime, consta entre os melhores índices aqui retratados. Os critérios descritos como “transparência para cima” e “transparência para baixo” (critérios XI e XII) também seriam facilmente atendidos mediante divulgação de atos normativos, pela simples referência à Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que descreve as atividades exercidas dentro do Sistema UAB.

Tendo em vista os benefícios proporcionados pelas TIC na disponibilização de dados, informações e prestação de contas à sociedade, sugere-se a aplicação de algumas ferramentas que viabilizam a transparência e o controle sobre a Administração Pública no contexto da UAB. Essa proposta baseia-se no conjunto de práticas implantadas nos sites visitados após a coleta de dados.

#### 4.1. Redes sociais

A Universidade Federal de Goiás (UFG) se utiliza das mídias sociais para manter a interação com o público, informar suas ações e possibilitar o entendimento acerca da UAB (Figura 2).

**Figura 2** – Redes sociais Universidade Federal de Goiás (UFG).



Fonte: Universidade Federal de Goiás (UFG), ([s. d.]

Para proporcionar a transparência, as TIC são essenciais, pois aplicativos abertos, mídia social e plataformas associadas permitem conexões com um grupo muito mais amplo de partes interessadas do que nunca (Doeleman; van Dun; Wilderom, 2022). Notadamente, a inserção de conteúdos nessas mídias tende a trazer credibilidade às instituições (Han, 2016).

## 4.2. Acessibilidade

Em atendimento ao Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o portal da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) dispõe de recursos para acessibilidade (Figura 3), tais como: atalhos acessíveis pelo teclado, aumento e diminuição de fonte, alto contraste e tradução em língua brasileira de sinais.

**Figura 3** – Recursos de Acessibilidade da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



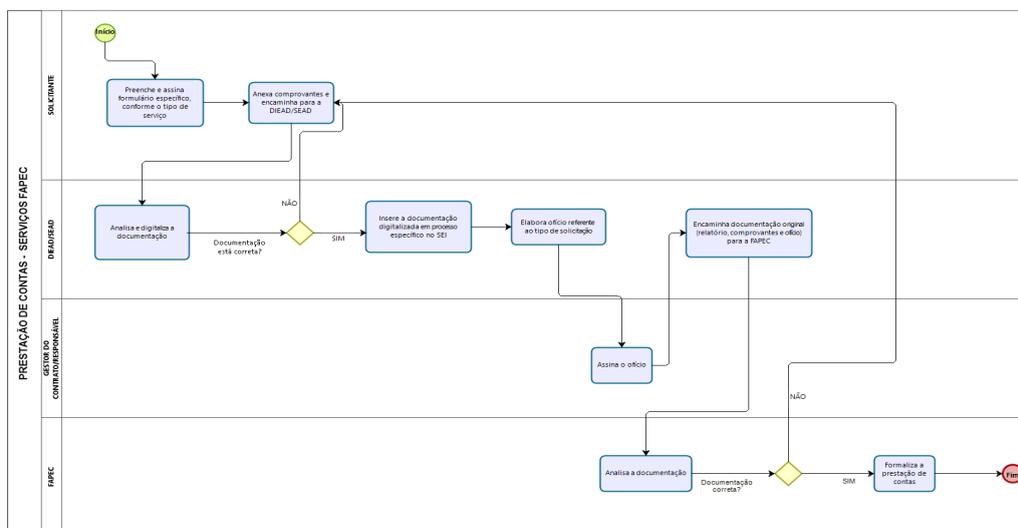
Fonte: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ([s. d.])

É fundamental proporcionar facilidades para pessoas com deficiência e abrir os sítios eletrônicos para outras línguas (Lemos *et al.*, 2004).

## 4.3. Mapeamento de processos

O mapeamento de processos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) prevê a realização de editais para seleção de bolsistas para cadastro dos seus pagamentos, procedimento de prestação de contas e outros processos administrativos e acadêmicos (Figura 4).

**Figura 4** – Processo mapeado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).



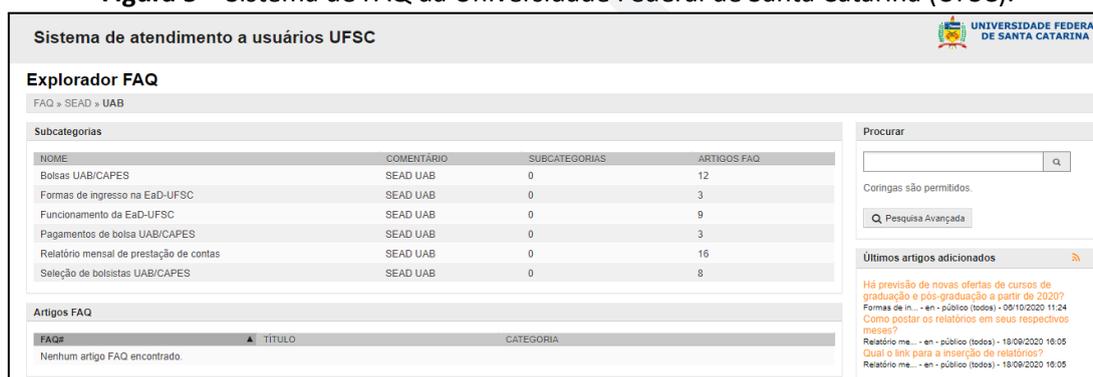
Fonte: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ([s. d.]

A integridade do processo mapeado proporciona uma previsão da conduta institucional, bem como o controle social. Percebe-se, ao canto da figura, que foi empregado o software *Bizagi Modeler*, o qual adota uma notação chamada *Business Process Model and Notation* (BPMN) – Modelo e Notação de Processos de Negócio. A BPMN é uma notação gráfica padronizada, cuja linguagem se caracteriza por sua expressividade, simplicidade e riqueza semântica (Zarour *et al.*, 2020). Embora seja a notação mais utilizada dentro da Administração Pública, há outras notações que auxiliam a modelagem de processos, como a confecção de fluxogramas, diagramas de fluxo e cadeias de valor (Oliveira *et al.*, 2022).

#### 4.4. Perguntas frequentes – FAQ

Na UFSC, as perguntas frequentes, *Frequently Asked Questions* (FAQ), estruturam-se em seis temas mais representativos: bolsas; formas de ingresso; funcionamento da EAD; pagamentos de bolsa; relatório mensal de prestação de contas; e seleção de bolsistas (Figura 5).

Figura 5 – Sistema de FAQ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



NOME	COMENTÁRIO	SUBCATEGORIAS	ARTIGOS FAQ
Bolsas UAB/CAPEIS	SEAD UAB	0	12
Formas de ingresso na EaD-UFSC	SEAD UAB	0	3
Funcionamento da EaD-UFSC	SEAD UAB	0	9
Pagamentos de bolsa UAB/CAPEIS	SEAD UAB	0	3
Relatório mensal de prestação de contas	SEAD UAB	0	16
Seleção de bolsistas UAB/CAPEIS	SEAD UAB	0	8

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ([s. d.]

A prática surgiu dos grupos da internet, em que os participantes fornecem uma lista de respostas às dúvidas mais frequentes às repetidas perguntas feitas pelos recém-chegados (Finkelstein; Sommerville, 1996). Trata-se de uma das várias tentativas de fornecer acesso concentrado às informações textuais (Jijkoun; de Rijke, 2005).

#### 4.5. Consulta à legislação

O portal da Universidade de Brasília (UnB) disponibiliza leis, decretos, instruções e outras normativas importantes relacionadas à EAD e à UAB (Figura 6).

**Figura 6** – Página de legislação da Universidade de Brasília (UnB).



Fonte: Universidade de Brasília (UnB), ([s. d.])

As normativas a nível federal e institucional permitem o entendimento da base legal para ações do Sistema UAB. Por isso, a relevância de disponibilizar as publicações oficiais que o regulamentam.

#### 4.6. Espaço de acesso à informação

Trata-se de uma recomendação do Guia de Transparência Ativa (GTA) para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (Brasil, [s. d.]). Esse espaço de transparência ativa permite ao cidadão a consulta aos dados relativos a estrutura organizacional (organograma), agenda de autoridades, horário de funcionamento e diversas informações que, mesmo não disponíveis, podem ser solicitadas no *banner* de acesso à informação, a exemplo da Universidade Federal de Pernambuco (Figura 7).

**Figura 7** – Banner de acesso à informação



Fonte: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ([s. d.])

Mediante coleta de dados, nos espaços voltados à informação, foram contemplados itens como: relatórios de gestão da coordenação geral da UAB, relação de contratações e pagamentos realizados, síntese dos processos seletivos, descrição das modalidades de bolsa pagas e respectivos valores, demonstrativo de bolsas pagas por mês, entre outros que se manifestam como boas práticas de transparência.

## 4. Conclusão

A contribuição do Sistema UAB é notória pelo seu caráter inovador e democratizado na implantação de novas vagas no ensino superior. A modalidade a distância, por sua vez, encara desafios de implantação complexos e a gestão é um deles. Soma-se a isso, a necessidade das IPES adequarem-se ao escrutínio público, a que se submete a Administração Pública.

O objetivo deste trabalho foi alcançado por meio da análise exploratória dos sites relacionados à UAB nas universidades federais, por meio dos quais elas exercem a função de prestar contas à sociedade sobre as ações desenvolvidas. Todos os critérios estabelecidos para a análise foram atendidos em maior ou menor grau, podendo-se afirmar que as instituições entendem o seu papel informativo. Entretanto, para que os desempenhos possam ser aperfeiçoados, é essencial a adequação às normativas e leis federais que tratam sobre transparência pública, sendo a LAI o ponto de partida para as correções necessárias.

A fim de que as IPES possam atender às recomendações sobre transparência, este artigo exemplificou quais boas práticas podem ser aplicadas ao cotidiano gerencial da UAB em seu nível meso, com foco em seus portais eletrônicos. Verificou-se que recursos que promovem a acessibilidade, visualização dos processos de decisão, resposta às perguntas frequentes, consulta à legislação ou à informação e até mídias sociais externas auxiliam o fluxo de informações para dentro e para fora dos setores em questão.

Se por um lado, valoriza-se uma educação aberta em termos de acesso, autonomia e flexibilidade, para que o indivíduo seja formado socialmente; por outro, preconiza-se um governo aberto que proporcione o acesso a informações relativas à administração de recursos, a fim de que o cidadão venha tomar decisões conscientes. Aqui se estabelece uma relação ideológica documentada espontaneamente no transcorrer do trabalho.

Embora coerentes com o Sistema UAB em seu nível meso, os indicadores de transparência adotados neste trabalho não exauram as possibilidades de análise. Ressalta-se que o atendimento ao princípio de publicidade da Administração Pública não se limita à checagem realizada. Pretende-se dar continuidade na investigação do tema com tópicos relacionados à implantação de tecnologias que visem à divulgação de dados abertos e a prestação de contas do setor público à sociedade.

## Agradecimentos

Agradecemos aos revisores pela dedicação e valiosa contribuição para a melhoria do nosso artigo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Biodados e contatos dos autores



SANTOS, A. A. é doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com período sanduíche na Universidade de Colônia, na Alemanha. Mestre em Administração Universitária pela UFSC e bacharel em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Seus interesses de pesquisa incluem: Gestão Universitária, Educação a Distância e Ciência Aberta. Atua como Assistente em Administração na UFSC, onde presta apoio a assuntos acadêmicos e relacionados a Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem (AVEA).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8399-0035>.

E-mail: [anndreys@gmail.com](mailto:anndreys@gmail.com)



BIANCHI, I. S. possui doutorado em Tecnologia e Sistemas de Informação pela Universidade do Minho, em Portugal. É servidor público na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde trabalha desde 2010, ocupando diversos cargos de gestão. Sua pesquisa abrange Governança de Tecnologia da Informação (TI), Gestão de Serviços de TI, Gestão de Processos de Negócios e *Business Intelligence*, em particular para organizações públicas e instituições de ensino superior. Na UFSC, é professor no Programa de Mestrado em Administração Universitária. Além disso, colabora com pesquisa e ensino na Universidade Nacional Al-Farabi, no Cazaquistão, na Universidade do Minho e no Instituto Universitário de Lisboa, em Portugal.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5480-0642>

E-mail: [isaias.bianchi@gmail.com](mailto:isaias.bianchi@gmail.com)



BAHIA, E. M. S. possui doutorado pela Universidade Carlos III de Madrid, mestrado em História do Brasil Meridional pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialização em Organização e Administração de Arquivos Públicos e Empresariais pela UFSC e graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É Professora Universitária no Departamento de Ciência da Educação da UFSC. Exerceu a função de coordenadora do Curso de Especialização em Gestão de Arquivos Públicos e Empresariais, bem como do Curso de Graduação em Arquivologia. Foi Editora Chefe da Revista *ÁGORA* e participa ativamente em Conselhos e Corpos Editoriais de revistas técnicas e científicas. É líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos Arquivos Contemporâneos (NUPEAC).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4037-3189>

E-mail: [eliana.maria@ufsc.br](mailto:eliana.maria@ufsc.br)

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, O. C. de S. de. Gestão das organizações complexas: o caso do sistema Universidade Aberta do Brasil na Universidade de Brasília. [s. l.], 2013.

ARAÚJO, J. B.; DE MOURA CASTRO, C.; WALKER, R. B. **Universidade aberta: uma alternativa de ensino superior**. [S. l.]: Editora ABDF, 1985.

BATURAY, M. H. An overview of the world of MOOCs. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, [s. l.], v. 174, p. 427–433, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Texto constitucional originalmente publicado no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 1988**, [s. l.], 1988.

BRASIL. **Decreto 5.800, de oito de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%205800&text=DECRETO%20N%C2%BA%205.800%2C%20DE%208,que%20lhe%20confere%20o%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%205800&text=DECRETO%20N%C2%BA%205.800%2C%20DE%208,que%20lhe%20confere%20o%20art) - Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. **Edital nº 9/2022, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. Brasília: [s. n.], 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/07022022\\_Edital\\_1629622\\_SEI\\_CAPES\\_1628391\\_Edital\\_9.22\\_uab.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/07022022_Edital_1629622_SEI_CAPES_1628391_Edital_9.22_uab.pdf) - Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. **Guia de Transparência Ativa (GTA) para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: [https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/gta\\_6\\_versao\\_2019-defeso.pdf](https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/gta_6_versao_2019-defeso.pdf) - Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016**. Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, 2016. Disponível em: <https://uab.ufsc.br/files/2016/11/Portaria-No-183-2016-Concessão-de-bolsas-Sistema-UAB-21-10-2016.pdf> - Acesso em: 12 abr. 2023.

CAMPOS, F. de F.; RODRIGUES, G. M. A construção de Lei de Acesso à Informação no legislativo federal brasileiro: sistematização de sua tramitação legislativa. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 1, 2020.

CAMPOS-DOMÍNGUEZ, E.; DÍEZ-GARRIDO, M. Digital transparency and political communication. **Profesional de la información**, [s. l.], v. 32, n. 1, 2023.

CHAQUIME, L. P.; MILL, D. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO TEMA DE PESQUISA. **CIET: EnPED**, [s. l.], 2018.

- COSMO, G. J. **Universidades públicas, corrupção e controle**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/artigos-main/4450-universidades-publicas-corrupcao-e-control> - Acesso em: 12 abr. 2024.
- COSTA, M. T. P.; MOREIRA, E. A. Gestão e mapeamento de processos nas instituições públicas: um estudo de caso em uma Universidade Federal. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, [s. l.], p. 162–183, 2018.
- CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa-: Escolhendo entre Cinco Abordagens**. [S. l.]: Penso Editora, 2014.
- CUCCINIELLO, M.; PORUMBESCU, G. A.; GRIMMELIKHUIJSEN, S. 25 years of transparency research: Evidence and future directions. **Public Administration Review**, [s. l.], v. 77, n. 1, p. 32–44, 2017.
- CUNHA, M. N.; CHUCHU, T.; MAZIRIRI, E. Threats, Challenges, and Opportunities for Open Universities and Massive Online Open Courses in the Digital Revolution. **International Journal of Emerging Technologies in Learning (IJET)**, [s. l.], v. 15, n. 12, p. 191–204, 2020.
- DA SILVA PESSÔA, I. *et al.* Determinantes da Transparência das Universidades Federais Brasileiras. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 97–114, 2018.
- DE SOUZA CLÍMACO, J. C. T. Educação a Distância: política pública essencial à educação brasileira. **RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [s. l.], 2012.
- DOELEMAN, H. J.; VAN DUN, D. H.; WILDEROM, C. P. M. Leading open strategizing practices for effective strategy implementation. **Journal of Strategy and Management**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 54–75, 2022. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JSMA-09-2020-0253/full/html> - Acesso em: 12 jun. 2024.
- DOWNES, M. University scandal, reputation and governance. **International Journal for Educational Integrity**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 8, 2017.
- FINKELSTEIN, A.; SOMMERVILLE, I. The viewpoints FAQ. **BCS/IEE Software Engineering Journal**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 2–4, 1996.
- FORMIGA, M.; LITTO, F. M. Educação à distância. **O Estado da Arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil**, [s. l.], 2009.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de Pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social. 2ª ed. São Paulo: Atlas**, [s. l.], 1991.
- GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. [S. l.]: Penso Editora, 2016.
- HAN, B.-C. **Sociedade da transparência**. [S. l.: s. n.], 2016.
- INEP/MEC. **Censo da Educação Superior Brasil**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2021/apresentacao\\_censo\\_d\\_a\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_d_a_educacao_superior_2021.pdf) - Acesso em: 1 jan. 2023.

- INGRAMS, A.; PIOTROWSKI, S.; BERLINER, D. Learning from Our Mistakes: Public Management Reform and the Hope of Open Government. **Perspectives on Public Management and Governance**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 257–272, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ppmgov/gvaa001> - Acesso em: 12 jun. 2024.
- JAHNS, F.; RAUPP, F. Transparência do poder executivo dos estados brasileiros. **Revista Universo Contábil**, [s. l.], p. 65–72, 2016.
- JIKKOUN, V.; DE RIJKE, M. Retrieving answers from frequently asked questions pages on the web. *In:* , 2005, New York, New York, USA. **Proceedings of the 14th ACM international conference on Information and knowledge management - CIKM '05**. New York, New York, USA: ACM Press, 2005. p. 76. Disponível em: <http://portal.acm.org/citation.cfm?doid=1099554.1099571> - Acesso em: 12 jun. 2024.
- LEMOS, A. *et al.* Cidade, tecnologia e interfaces. Análise de interfaces de portais governamentais brasileiros. Uma proposta metodológica. **Revista Fronteiras**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 117–136, 2004.
- LUCIANO, E. M.; WIEDENHOFT, G. C.; DOS SANTOS, F. P. Barreiras para a Ampliação de Transparência na Administração Pública Brasileira: Questões estruturais e culturais ou falta de estratégia e governança?. **Administração Pública e Gestão Social**, [s. l.], 2018.
- MACEDO, S. V.; VALADARES, J. L. A produção acadêmica brasileira sobre corrupção: uma revisão sistemática. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, [s. l.], v. 27, p. 400–429, 2021.
- MACIEL, C. E.; TAVEIRA, F. A. H.; RUAS, K. C. da S. Política educacional, acesso e inovação nos cursos de licenciatura a distância. **Revista Internacional de Educação Superior**, [s. l.], v. 10, p. e024025, 2022.
- MAGNAGNAGNO, O. A.; LUCIANO, E. M.; WIEDENHÖFT, G. C. O papel da tecnologia da informação e comunicação na redução dos níveis de corrupção: proposta de uma agenda de pesquisa/The role of information and communication technology in reducing corruption levels: proposal for a research agenda. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 5, n. 8, p. 11846–11869, 2019.
- MAGNAGNAGNO, O. A.; LUCIANO, E. M.; WIEDENHÖFT, G. C. Redução dos Níveis de Corrupção no Brasil: Qual o papel da Tecnologia da Informação e Comunicação?. **Gestão. Org**, [s. l.], 2017.
- MARTINS, A. de S.; NASCIMENTO, V. F. do; SOUSA, F. M. de. Avaliação Institucional em Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 239–254, 2018.
- MILL, D. GESTÃO DE SISTEMAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: apontamentos e caracterização. **Video Journal of Social and Human Research**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 97–112, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.18817/vjshr.v1i1.18> - Acesso em: 12 jun. 2024.
- MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: [s. n.], 2008.
- MOTTA, R. L. da.; PETIAN, C.; ROSA, P. B. Complexidade da gestão em EAD: os desafios de gerenciar essa modalidade de ensino. **Revista Científica Eletrônica UNISEB**, [s. l.], v. 7, n. 7, p. 173–182, 2016.
- OLIVEIRA, M. N. de *et al.* Modelagem de Processos na Administração Pública: uma revisão sistemática integrativa com olhar internacional. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 11, n. 7, p. e17811729786, 2022.

OLIVEIRA, L. C. de. Política pública educacional como estratégia de programa de governo: o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). [s. l.], 2019.

ORVIEDO, S. K.; JULIATTO, D. L. Gestão de processos no serviço público: uma análise bibliométrica. **Revista Brasileira de Administração Científica**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 270–281, 2021.

PIOTROWSKI, S. J. Transparency: A regime value linked with ethics. **Administration & Society**, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 181–189, 2014.

SANTOS, M. T. O feedback e as relações dialógicas na educação a distância: um estudo sobre os retornos dados pelos tutores aos alunos de letras-espanhol da Universidade Federal de Santa Catarina. [s. l.], 2013.

SANTOS, A. M. dos; ESCHER, A. A. Avaliação da Educação Superior no Brasil – abordagem histórica. **Brazilian Applied Science Review**, [s. l.], v. 4, n. 4, p. 2430–2439, 2020.

SANTOS, S. D. F.; MCCOY, C. de S. O.; DA SILVA, R. M. Sistema Universidade Aberta do Brasil: uma análise sobre sua importância para o ensino superior em cidades do interior. **Facit Business and Technology Journal**, [s. l.], v. 1, n. 17, 2020.

TCU. **ACÓRDÃO Nº 1075/2019 – TCU – Plenário**. [S. l.: s. n.], 2019.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 70, n. 4, p. 519–550, 2019.

UAB/CAPES. **SisUAB**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://sisuab2.capes.gov.br/> - Acesso em: 28 abr. 2023.

UNESCO. **Declaração REA de Paris**. [S. l.], 2012.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://cead.unb.br/> - Acesso em: 15 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://ciar.ufg.br/> - Acesso em: 15 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://agead.ufms.br/mapeamento-de-processos/> - Acesso em: 15 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ead> - Acesso em: 15 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://atendimento.ufsc.br/otrs/public.pl?Action=PublicFAQExplorer&CategoryID=122> - Acesso em: 15 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://ced.ufam.edu.br/> - Acesso em: 15 mar. 2023.

VELJKOVIĆ, N.; BOGDANOVIĆ-DINIĆ, S.; STOIMENOV, L. Benchmarking open government: An open data perspective. **Government Information Quarterly**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 278–290, 2014. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0740624X14000434> - Acesso em: 12 jun. 2024.

VERHINE, R. E.; FREITAS, A. A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. **Revista Ensino Superior Unicamp**, [s. l.], v. 3, n. 7, p. 16–39, 2012.

WELLER, M. Open and Free Access to Education for All. *In*: RADICAL SOLUTIONS AND OPEN SCIENCE. [S. l.]: Springer, 2020. p. 1–15.

WOTTO, M. The future high education distance learning in Canada, the United States, and France: Insights from before COVID-19 secondary data analysis. **Journal of Educational Technology Systems**, [s. l.], v. 49, n. 2, p. 262–281, 2020.

ZAROOUR, K. *et al.* A systematic literature review on BPMN extensions. **Business Process Management Journal**, [s. l.], v. 26, n. 6, p. 1473–1503, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/BPMJ-01-2019-0040> - Acesso em: 12 jun. 2024.

---

#### COMO CITAR ESTE TRABALHO

ABNT: SANTOS, A. A.; BIANCHI;I. S.; BAHIA, E. M. S. Controle e Transparência em Instituições Federais de Educação Superior: um Estudo Exploratório da Universidade Aberta do Brasil. **EaD em Foco**, v. 14, n. 1, e2033, 2024. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v14i1.2033>